



## Entrevista com Carlos Frederico Bernardo Loureiro

### A Educação Ambiental e as questões socioambientais no Brasil: os desafios e as potencialidades da Educação Ambiental no contexto de crises<sup>1</sup>

Alexandre Macedo Pereira<sup>2</sup>

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

<https://orcid.org/0000-0001-7093-582X>

#### APRESENTAÇÃO

Carlos Frederico Bernardo Loureiro é um renomado acadêmico e pesquisador no campo da Educação Ambiental no Brasil. Sua trajetória é marcada por uma vasta experiência no debate ambiental, compromisso com as causas dos povos originários e comprometimento com as lutas sociais.

O professor Carlos Frederico B. Loureiro possui licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bacharelado em Ecologia pela mesma universidade. Sua formação acadêmica inclui mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRio) e doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Carlos Frederico B. Loureiro é professor titular da Faculdade de Educação (FE/UFRJ) e integra o corpo docente permanente do Programa de Pós-Graduação em

---

<sup>1</sup> Recebido em: 19/09/2024. Aprovado em: 25/01/2025.

<sup>2</sup> Professor da Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Habilitações Pedagógicas, Centro de Educação. Pós-doutorado em Linguística - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PROLING-UFPB), Doutor em Educação Ambiental - Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental (PPGEA-FURG), Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM-UFPA), Especialista em Psicopedagogia (FACINTER), Licenciado em Pedagogia (UNEB), Bacharel em Direito (FESP-PB). Líder do Grupo de Pesquisa Educação Ambiental e Formação de Professores. Email: [alexandremacedopereira@gmail.com](mailto:alexandremacedopereira@gmail.com)

Educação (PPGE) da UFRJ. É líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ) e coordenador da Linha de Pesquisa Estado, Trabalho-Educação, Movimentos Sociais do PPGE/UFRJ.

A influência de Carlos Frederico se estende para além da UFRJ, com colaborações no Núcleo de Estudos Latino-Americanos da Universidade Católica de Pelotas e no Grupo de Pesquisa em Educação Ambiental e Formação de Professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O professor Carlos Frederico B. Loureiro é também autor de vários livros e artigos. Sua produção intelectual tem contribuído significativamente para o avanço do debate da Educação Ambiental no Brasil e na América Latina.

Nesta entrevista, Carlos Frederico B. Loureiro aborda os seguintes temas: a Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n. 9.795/1999, e faz um balanço desta, após 25 anos de sua publicação; as políticas ambientais durante o governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e do governo do presidente Luiz Inácio da Silva Lula; o desenvolvimento no modo de produção capitalista, marco temporal, entre outros assuntos.

Convidamos agora as leitoras e os leitores a se debruçarem sobre as reflexões produzidas pelo eminente professor e pesquisador.

**1- A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) foi o resultado de acirradas disputas políticas e ideológicas. Pessoas como o senhor tiveram um papel decisivo na elaboração e na aprovação da PNEA. Após 25 anos de publicação da PNEA, qual o balanço que o senhor faz da Política de Educação Ambiental no Brasil?**

– O primeiro ponto é destacar a importância da existência da PNEA. É um contexto de muita fragilização da área ambiental, da área da educação. Ter o mínimo de marcos regulatórios preservados já é uma conquista considerável, né? Aliás, curiosamente, eu estava conversando com uma pessoa que foi muito crítica do licenciamento ambiental por quase vinte anos e hoje ela é uma defensora, falando exatamente nessa direção. Porque a coisa está tão difícil que, quando você consegue o mínimo, através de marcos regulatórios, os quais têm uma direção razoável, buscando por processos democráticos, justos, isso já passa a ser um alento. Então, penso que a PNEA é um marco regulatório relevante, a manutenção da existência dele é muito importante, por tudo que nós temos visto de ataque às políticas sociais e políticas públicas de um modo geral. A PNEA

também expressa uma orientação importante, ela é uma lei orientadora, não punitiva, que traz, ainda que de uma forma genérica, alguns princípios e diretrizes, uma concepção de educação ambiental que é importante de ser preservada no país. Sinaliza uma educação ambiental que considera os aspectos sociais e que compreende o ambiente em sua totalidade. Então, eu diria que ela é uma conquista que expressa suas disputas, mas é uma conquista. Ou melhor, ela é uma conquista inclusive por isso, porque soube dialogar com perspectivas distintas e/ou contraditórias. Ela é importante no contexto, pois orienta a área de educação ambiental. Saindo da leitura da importância do marco regulatório em si, é preciso compreender que ela não conseguiu ser implementada na sua intensidade necessária, seja no marco da gestão ambiental pública, seja no marco das escolas, do sistema de ensino de educação formal ou escolar. Eu diria até que avançou mais no marco da gestão ambiental pública porque órgãos como IBAMA e ICMBio conseguiram avançar em normatizações próprias a partir da PNEA, e isso deu um tom importante para a educação ambiental, mas pouco se expressou no caso do MEC. Existem alguns documentos, as próprias diretrizes curriculares, inclusive, mas o fato é que pouco conseguiu se fazer com a educação ambiental, por meio dos marcos regulatórios, no núcleo duro da educação, ou seja, na base curricular, na gestão escolar, na carreira docente, na estruturação do trabalho docente etc. Quando não se acessa o núcleo duro da educação, aquilo que realmente define como a educação funciona no país, essas legislações acabam ficando periféricas, elas apresentam dificuldades reais de concretização, e com a educação ambiental não foi diferente. Existem alguns programas que foram importantes na primeira e segunda gestão do governo Lula, depois, houve um esvaziamento real, isso vale para o Ministério do Meio Ambiente e para o MEC. Agora, se vê uma tentativa de retomada de algumas iniciativas importantes, mas constata-se que o próprio lugar da educação ambiental na estrutura pública é secundário, isso no âmbito federal e nos âmbitos estaduais e municipais. Então, esse não lugar central e a não entrada com força nas políticas nucleares do governo e do MEC fazem com que a educação ambiental fique muito fragilizada enquanto possibilidade de se realizar plenamente como política pública. Existe um marco regulatório importante e avançado que expressa bem a diversidade de consecuições dentro do país, mas não conseguiu ser estruturante das políticas do governo federal, do MMA e do MEC, e isso fragiliza muito. Em momentos em que a política ambiental e a política de educação são muito atacadas, como é o momento em que a

gente ainda vive – que melhorou em relação ao governo anterior, mas isso não quer dizer que não sejam atacadas por forças sociais que buscam flexibilizar direitos – se vê muita dificuldade para conseguir avançar na pauta ambiental, no máximo conquista-se maior aceitação na pauta de mudança climática, mas, ainda assim, muito secundariamente ou sem entrar nas determinações sociais que deveria entrar, ou seja, na politização da discussão.

**2- Nos anos do governo Bolsonaro, as políticas ambientais foram atacadas e inviabilizadas. O ataque às políticas ambientais ainda perdura no Brasil atualmente? Quais os desafios que a sociedade brasileira deve enfrentar para construir uma política ambiental comprometida com a vida em todas as suas formas de manifestação?**

– Sim, continua a ser atacada, mas não se deve colocar tudo em um mesmo patamar. Obviamente, são coisas muito distintas, o governo Bolsonaro não é o governo Lula. No governo atual, conseguiu-se mudar qualidade do debate sobre temas estratégicos nacionais e dar uma certa direção favorável a políticas públicas sensíveis à garantia dos direitos sociais, a partir disso, ampliou-se um processo de institucionalização e o valor dado às políticas sociais. Com isso abriu-se alguns canais mais democráticos na sociedade, mas a composição econômica e a correlação de forças políticas no país é muito ruim, tanto para o campo democrático, quanto para o campo da justiça socioambiental. Nota-se isso ao vermos a dificuldade do governo federal em reconfigurar a carreira ambiental do Ibama e do ICMBio; há meses este governo não avança nas negociações com a categoria. É um setor importante do serviço público que apoiou explicitamente a candidatura do governo Lula e agora não consegue o mínimo de avanço na sua pauta de reivindicações, sendo uma carreira que foi demolida no governo anterior. É evidente que as pessoas não são mais perseguidas, que houve uma reinstitucionalização de processos importantes ambientais, mas o fortalecimento e valorização da carreira de analista ambiental não tem avançado. Além de outros processos, tem o fato de que o governo vem atendendo prioritariamente às demandas do agronegócio, há uma fiscalização que ainda precisa de mais apoio, inclusive, de forma ordenada com outros setores da própria estrutura de Estado. Há avanço no sentido de busca por aspectos ambientais em algumas políticas sociais e econômicas, se vê o BNDES e outros ministérios, por exemplo, fazendo uma certa discussão, mas há

dificuldade em avançar em pautas específicas das políticas ambientais *strictu sensu*, o governo não dialoga tão abertamente com setores importantes do serviço público ambiental. Evidentemente, há avanços no tratamento das unidades de conservação, há uma reinstitucionalização, mas a área ambiental esperava mais nesse sentido, inclusive reconhecimento e valorização das carreiras, além de criar estruturas de funcionamento que trouxessem mais segurança e estabilidade, inclusive diante da possibilidade de haver retornos de governos mais inimigos, digamos assim, da questão ambiental, e isso não tem sido feito, então, é preocupante sim.

**3- O Brasil está vivendo uma tragédia socioambiental sem precedentes na história contemporânea. O Estado do Rio Grande do Sul está devastado pelas inundações. No cenário de devastação, há indícios de que o governo estadual e os governos municipais não dispensaram a devida atenção à questão climática. Qual a sua avaliação quanto à lógica do desenvolvimento sem o cuidado com as questões ambientais?**

– Isso é algo que influencia não só a direita como um todo, mas também amplos setores da esquerda que compõem esse governo. Alguns passam a reconhecer a questão climática e outros problemas ambientais vinculados ao avanço do desmatamento e ao problema de haver conflitos em áreas de preservação etc., mas há uma tônica dominante, na direita e em parte da esquerda, de que o desenvolvimento possível é esse e é necessário intensificá-lo. Aliás, esse é o argumento central da própria direita, que os problemas existentes decorrem das travas feitas ao mercado e que esse modo de produção capitalista deve imperar. É a defesa de uma ultra liberalização da economia, como se isso fosse solucionar a miséria, a fome etc., e essa ideia tem uma adesão enorme, as pessoas continuam julgando isso como um custo a ser pago, ou seja, o custo ambiental é algo que tem que acontecer porque não há outra opção. Dessa forma, não se discute exatamente o próprio modo como isso se dá, não se põe em discussão o modo de produção social da existência. É como se o que existe é o que é possível existir, não há nenhum outro marco, nenhum outro horizonte, então, você vai para um discurso assim ‘ah, dá pra minimizar’, que é o que parte da esquerda fala, ou a direita é o contrário ‘tem que intensificar’ e há uma adesão da população, porque vive uma situação miserável. Houve uma pequena mudança na virada para o governo Lula, mas o fato é que os dados no Brasil ainda são péssimos, logo, esse discurso de naturalização do

modelo de desenvolvimento tem uma adesão forte e é muito difícil as pessoas aceitarem que é necessário enfrentar essa pauta e buscar outros caminhos que não esse. Então, esse exemplo do Sul é muito emblemático, porque estudiosos têm avisado que isso poderia acontecer naquela região há mais de uma década e avisado também que a mudança climática leva à intensificação de eventos extremos como esse, assim como de secas extremas, de chuvas extremas, de calor extremo, de frio extremo. Não se fez nada, pelo contrário, o que se viu no Rio Grande do Sul, sem nenhuma intervenção federal, ou mesmo local, no sentido da própria sociedade reagir, foi um esfacelamento absoluto da legislação ambiental, diga-se de passagem, de uma política estadual que era a melhor, era referência no Brasil. Muitas políticas estaduais de meio ambiente foram criadas a partir da legislação do Rio Grande do Sul, e esse governador atual demoliu essa política. Ao longo de décadas, houve assoreamento dos rios na região, perda da cobertura vegetal nas margens dos rios, a privatização da companhia de saneamento, a perda nos órgãos públicos de pessoas altamente qualificadas que dominavam essa dinâmica hídrica das águas dessa região. Assim, se vê um esvaziamento, uma fragilização das políticas, a partir da privatização dos órgãos responsáveis. Logo, o resultado é esse. Com a intensificação de eventos extremos e diante de todo esse cenário social, aconteceu esse desastre e, mesmo assim, encontramos pessoas tentando botar a culpa na natureza, como se fosse uma catástrofe natural - ‘ah, choveu demais’ - mas é preciso lembrar que a quantidade de água agora é menor do que o evento de enchente ocorrido na região na década de 40. Eu vejo, em parte, alguns governos e alguns setores do governo federal se mobilizarem, mas acho que é muito pouco e, além disso, a opinião pública não se mobiliza para esse tipo de discussão. Basta ver o Instagram e outros instrumentos virtuais amplamente utilizados, como a repercussão dessa discussão é muito pequena diante de outros assuntos, muitos deles longe de serem urgentes e necessários na sociedade.

**4- O Marco Temporal é uma tese que propõe que os povos indígenas somente tenham direito às terras que estavam ocupadas por eles na data de promulgação da Constituição Federal, ou seja, em 5 de outubro de 1988. Qual a sua avaliação sobre esta tese?**

– Pois é, é uma tese absolutamente esdrúxula, mas até o judiciário fica com dificuldade de agir dado seu perfil conservador e porque a pressão dos interesses privados pelo

controle da terra é algo impressionante no Brasil. A concentração fundiária e as forças econômicas envolvidas com esse controle da terra no país é algo incontestável. É uma tese que, quando você lê, você pensa ‘*ah, ninguém consegue sustentar, minimamente, isso, né?*’. Quero dizer, qual é a base de justificativa? Há argumentos que eles usam em relação à segurança jurídica, mas, evidentemente, isso não se sustenta, porque os povos originários estão aqui desde antes da colonização, e é mais do que conhecido, não há nenhuma dúvida em relação a isso, de que eles foram sendo expulsos e removidos de suas terras ao longo dos séculos, foram sendo exterminados e que, portanto, onde eles estavam em 1988 é muito pouco expressivo daquilo que eles efetivamente ocupavam e que é parte da vida deles. Os territórios constituídos ao longo de séculos de existências não podem ser resumidos num marco legal em nome de uma segurança jurídica que é fictícia, porque é possível você fazer esses estudos e chegar, minimamente, a áreas que são aceitáveis e razoáveis para esses povos. É visível, por exemplo, a dificuldade que é demarcar territórios quilombolas no país, mesmo quando se tem as falas, os depoimentos, os mais antigos mostrando até onde iam os territórios, onde faziam suas práticas, são áreas reconhecidas, mas que eles não conseguem ter mais acesso. Chega o INCRA e determina uma outra área, com base sabe-se lá em qual critério, em áreas muito menores do que as áreas originárias. Por quê? Porque há interesse do setor agropecuário, há interesse dos setores imobiliários em áreas próximas a centros urbanos, nas quais querem construir seus imóveis, resorts, condomínios etc., os quais dão movimento à economia. Obviamente, os interesses pesam, né? Portanto, vendo o que se passa com os povos tradicionais e principalmente com os povos originários, os quais são diretamente o foco da discussão, podemos dizer que é uma tese esdrúxula, pouco fundamentada, do ponto de vista científico, de razoabilidade histórica, em que se fica buscando elementos para justificar e legitimar uma ocupação violenta e bárbara das nossas terras. É isso o que acontece. São coisas que você pensa ‘*não é possível que alguém defenda!*’, mas defende. É complicado demais e é a expressão dessa barbárie, dessa violência de certos setores econômicos no Brasil que desconsideram a justiça social e ambiental. Vivemos em uma sociedade que parece muito simpática, muito tranquila, mas na verdade é muito violenta, muito intolerante, extremamente conservadora e, quando se atinge os interesses dos setores dominantes, o *pau quebra*, não tem conversa.

**5– Então, aquela fala de Krenak, quando ele diz “o meu povo está em guerra” procede, faz sentido diante desse contexto?**

– Sim, está em guerra! Sem dúvida, porque a pressão é demais. Só quem acompanha vê. Observa-se um processo de ocupação, de invasão, de eliminação de lideranças indígenas, lideranças quilombolas, de lideranças caiçaras, é um extermínio! E poucas pessoas sabem, às vezes sai na mídia, quando é alguma liderança que tem mais repercussão pública, como Mãe Bernadete, na Bahia. Mas, geralmente, isso *passa batido*. O caso dos Yanomamis continua, é uma guerra com o garimpo, uma guerra! Mas é tratado como coisa secundária, porque se entende a propriedade privada como aquela que dá o sentido econômico e, portanto, social. Uma terra que não é propriedade privada e não produz segundo os interesses de mercado, é visto como uma terra vazia, pois não se aceita e se entende que há outras formas de se viver e se relacionar com a natureza. O que é um absurdo! Isso é uma insanidade. É a própria expressão do que fracassou ao longo desses séculos. Eu conheço pessoas que não têm relação nenhuma com setores dominantes, mas que o defendem. Falam assim “*ah, por quê? É isso mesmo, para que tanta terra para o povo Yanomami? Deixa explorar lá, tirar o ouro é difícil.*”

**6– No ano passado, eu fiz o trajeto daqui de João Pessoa ao Pará, de carro, e passei pelo Maranhão, por uma área bem específica, com muita terra indígena. O que eu vi de crianças, idosos e jovens pedindo na estrada! É assustador. Um estado lamentável de abandono. A gente estava no início do governo Lula, que estava tentando dar uma resposta àquela questão toda dos Yanomamis, então, não estou querendo fazer nenhuma relação com o governo. Mas foi assustador para mim, eu nunca fiquei tão impactado. Eu já tinha visto cenários assim, mas nunca naquela dimensão. Diante do que observei, o Estado do Maranhão é economicamente e socialmente miserável. Como não se vê isso na mídia, não há repercussão e nem sensibilização, assim, a gente acaba não se vinculando a essa situação. No entanto, tem um lado “positivo”, sobre o qual eu quero te ouvir, porque é nesse contexto que os povos originários, sobretudo, se organizaram politicamente. E, me parece, que quem vem - fora o MST, que tem sua longa história, movimento de ocupação também urbana etc. - é o movimento dos povos tradicionais, fazendo um**

**enfrentamento social muito relevante no Brasil. Como o senhor está analisando este fenômeno?**

– Ah, sim, são movimentos que se fortaleceram muito. O movimento indígena, em particular, e o movimento quilombola se fortaleceram na luta. E a luta surge exatamente porque a violência contra esses povos é enorme, então, era isso: ou se organizava e resistia coletivamente ou estaríamos falando de um passado cujo presente foi eliminado, como em vários países. O Brasil é um dos poucos países que aderiram à convenção n. 169 da OIT, são só 23 países que reconhecem formalmente os direitos dos povos tradicionais e originários. E essa baixa adesão tem várias explicações, uma delas inclusive é essa, de que tem países que efetivamente os povos originários foram exterminados. Então, esses movimentos sociais precisam fazer um processo de organização em luta, na sociedade, perante o Estado, para garantir o mínimo de reconhecimento e de direitos. Assim, voltamos ao começo da minha fala, ter um marco regulatório básico, minimamente, que te permite se manter vivo, passa a ser absolutamente fundamental. E esses grupos, não por acaso, passam a ser os principais movimentos sociais em termos de alcance social e resultado político. Os movimentos do campo, de um modo geral, os movimentos como o MST e outros movimentos sociais do campo e movimentos dos povos tradicionais e indígenas passam a ser os protagonistas porque o conflito por terra e em defesa dos territórios e territorialidades foi para o nível da violência física e violência simbólica, do extermínio de povos e culturas. Ou seja, a violência extrema exigiu um processo de organização muito forte, que teve seus resultados positivos. Portanto, de fato, há alguns avanços na legislação, nas políticas públicas, algum resguardo perante o Estado brasileiro, políticas específicas que são asseguradas pelo poder público, o reconhecimento internacional, etc. Enfim, isso permitiu que certos povos se reorganizassem, recuperassem, em alguma medida, seus territórios ou parte de seus territórios, sendo assim, há avanços nessa direção. Claro que, olhando de forma comparativa, não é o que a gente idealiza como modelo de sociedade, mas, sem dúvida, sem esses movimentos sociais, a coisa estaria muito pior. Inclusive, esses movimentos geraram a entrada de indígenas e quilombolas, entre outros povos, nas universidades, promovendo um debate decolonial. Você encontra várias pessoas promovendo essa discussão, trazendo outras referências importantes do ponto de vista teórico e epistemológico. Isso é fruto da luta e da organização desses movimentos, sem dúvida alguma.

**7- Uma das coisas que me chama muita atenção, eu sou de uma geração que, de 88 para cá, pelo menos, “o indígena era juridicamente inimputável”. Graças a luta dos povos indígenas, essa distorção foi corrigida. Ser reconhecido juridicamente a capacidade deles se autogerir, de se manifestar, de não precisar da tutela do Estado para conhecer a sua identidade, é uma conquista deles. Isso é uma coisa que a gente pouco fala, mas, sob a tutela do direito, o Estado e a elite brasileira exerciam o controle absurdo sobre eles, inviabilizando qualquer forma de organização significativa. Eles precisavam romper essa lógica institucionalizada pelo Estado brasileiro. Gostaria de lhe ouvir sobre isso.**

– Essa movimentação e essa ocupação do espaço, feita por esses movimentos e pelos coletivos organizados por esses povos, gerou exatamente isso, uma possibilidade de interlocução. Permitiu que a gente pudesse ter acesso a saberes que não tínhamos, a universidade, a própria prática dos movimentos sociais e sindicais. Agora você começa a ver outras formas de pensar, de organizar o conhecimento, de gerar conhecimento, e isso é muito rico. Isso é resultado de como esses povos foram recriando suas identidades e as suas formas de existir a partir dessa luta. É muito belo isso, mas um belo produzido na barbárie. A gente nunca pode esquecer o reverso dessa moeda. A gente pode exaltar, mas a gente não pode esquecer disso. É fruto de uma barbárie, de uma violência assustadora.

**8- O senhor é um pensador marxista. No contexto da teoria marxista, o senhor concebe a possibilidade de mudanças profundas no modo de sociabilidade em que estamos imersos? Se sim, qual a perspectiva de mudança?**

– Essa é uma polêmica hoje no próprio campo marxista, no campo crítico, se é possível essa mudança. Porque acho que existem duas esferas, dois níveis dessa discussão: uma é a constatação da necessidade de mudança, a outra é a possibilidade da mudança. No mundo da educação, muita gente critica essa ideia de necessidade. Não vou entrar em debate teórico aqui, porque não é o espaço, não é o momento, há muitas formas de você refutar essa discussão, mas a principal é analisar a realidade. Os limites estão postos, o planeta está reclamando, o planeta está dizendo ‘*olha, vocês vão acabar. Se continuar, vai acabar*’. O que temos que lembrar o tempo todo é “*se continuar o quê?*”. Se continuar essa forma de sociedade, por quê? Porque a história humana mostra que

outros modelos de sociedade também tinham suas questões, obviamente, na relação sociedade e natureza, mas nenhuma conseguiu produzir esse nível de risco, destruição e de universalização da exploração e da barbárie que o capitalismo impõe. E impõe de um modo extremamente contraditório, porque, ao mesmo tempo que nunca na história humana se produziu tanto conhecimento, tanta tecnologia, tanta capacidade de criar soluções, testemunha-se tanta miséria, tanta pobreza, tanta barbárie, tanta violência, tanta morte, tanta extinção. Se você parte do reconhecimento de que há um risco real, e cada vez é mais difícil dizer que não, que isso é só uma narrativa, fica cada vez mais insustentável essa fala: *‘ah, isso é uma narrativa para justificar o socialismo’*. Não é, está aí, olhe! Saia do seu ar condicionado e olhe, entendeu? Olhe o mundo! Quando você olha o mundo, você vê que está muito mal. Os dados mostram o que fomos capazes de fazer nos últimos duzentos anos. Se você entender que o capitalismo se realiza no seu processo pós-revolução industrial, é só olhar a velocidade de destruição, de miséria e morte que conseguimos criar no planeta. É uma produção totalmente destrutiva. Agora, se é possível pensar uma alternativa? Eu só vejo uma possibilidade nesse sentido. Engraçado, já ouvi muita gente dizer *‘ah, a categoria socialismo já era’*. Não concordo, primeiro que é preciso entender que a categoria socialismo, no marxismo, expressa muitas coisas, mas o principal é que ela expressa muito mais a oposição àquilo que se mostra como negação à vida, do que a afirmação de um projeto único. As experiências em nome do socialismo eram muito mais nacionalistas, depois algumas rumaram em direção a um projeto socialista, ou não, e a China é um exemplo polêmico dessa discussão toda. É preciso entender que pensamos o socialismo como uma vida social mais coletivizada, a vida como a condição primeira, em que a forma de produção tem que se dar de modo não alienado, ou seja, sem relações de exploração e expropriação, e as pessoas serem livres em sua capacidade criativa. Temos que ser capazes de criar projetos que rumem nessa direção. Acho que isso é possível, se não ficarmos presos em amarras, mas sim dialogando com a realidade concreta para buscar essa alternativa. Do contrário, se ficarmos presos em fórmulas, modelos, acho que vamos ter muita pouca capacidade. Então, a possibilidade da barbárie absoluta que nos leve à extinção é algo que deve estar posto na mesa de discussão. É preciso entender que isso está posto e que, se não formos capazes de nos contrapor a isso e criar uma alternativa a partir do que se pode pensar em 2024, considerando e respeitando todos histórico dos movimentos de ruptura que trouxeram conhecimentos e aprendizagem

muitos importantes, o outro lado pode realmente criar um cenário de luta no sentido mais agudo da expressão, que é luta pela sobrevivência.

### **9- Qual a relação entre direitos socioambientais e direitos humanos?**

– Estou pensando em direitos humanos no sentido mais amplo do termo, não necessariamente a “Declaração Universal”, porque ali, obviamente, há um tipo ideal: burguês, branco, eurocentrado etc. Refiro-me ao sentido daquilo que é a condição necessária para o livre desenvolvimento do ser humano nas suas potencialidades, na sua capacidade de realizar etc. É claro que posso fazer uma discussão se há um direito próprio da natureza, mas isso é outra discussão. Eu entendo que o direito socioambiental, ou o direito ao ambiente sustentável, pode ser visto como direito humano, no sentido de que não há nenhuma possibilidade de existência humana, da capacidade de realização do ser humano, senão por meio da relação que se estabelece com a natureza. Portanto, a relação entre esses “direitos” é a condição de pensar o ambiente como bem comum, o ambiente como aquilo que permite a vida, no qual a gente se faz como pessoa. Esse pensamento é fundamental para o respeito à própria natureza, nos pensando também como natureza, não como algo fora da natureza, é a condição básica para que os direitos humanos se realizem. E, assim, a vida precisa ser plena e diversa para que a nossa vida também seja plena e diversa. Uma coisa implica necessariamente na outra. Entra num patamar que eu acho que é fundamental ser compreendido, que é um aspecto básico da natureza. Ora, se nós nos constituímos enquanto ser humano na nossa relação com a natureza, naquilo que a gente é capaz de criar, transformar, estabelecer na relação metabólica com o mundo, toda forma de destruição da natureza é expressão de relações sociais que implicam na destruição do humano, porque é baseada na exploração, na expropriação, que leva à precificação da vida. Então, toda forma social que implica nessas relações alienadas, têm, na destruição da natureza, uma das suas expressões. Só é possível uma relação não alienada com a natureza, se você tiver relações sociais entre humanos que também não sejam alienadas. Quer ver um exemplo disso que estou falando agora, muito fácil de entender? Se você perguntar para um ribeirinho quando tem o lazer dele - porque a nossa relação é tão alienada com o mundo, e as relações de trabalho são tão alienadas, que você fala em trabalho no sentido do seu exercício profissional como algo completamente separado do seu lazer, isso quando você tem possibilidade de lazer, também tem esse adendo. Então,

se você pergunta isso a um ribeirinho, não existe essa dimensão separada. O ato de pescar não é um sofrimento, é o ato de trabalho, onde ele produz o seu meio de sobrevivência, mas é também o ato de aprendizagem, é o ato de conhecimento das espécies, da relação de sacralidade com a natureza. É o ato da diversão, é o ato de você brincar com a criança e com seu irmão, com seu primo, o ato de mergulhar, de nadar. Isso tudo é uma coisa só. Para eles, a separação simplesmente não existe.

**10- É possível articular Educação Ambiental e Direitos Humanos? Se sim, qual a relevância de tal articulação na atualidade?**

– É possível, sim. Eu conheço trabalhos de pessoas que fazem, inclusive na prática em escolas, trabalhos nessa direção. Acho que é muito palpável, porque, quando você começa a ver que uma alimentação cheia de agrotóxico é uma violência à condição humana, você também está entendendo que isso é uma violência ambiental, destruição de rios, de solo, das terras etc. Então, você começa a tornar mais próximo o problema ambiental da própria pessoa, quando ela começa a entender que a poluição é um problema ambiental, mas também é um problema social e à saúde humana. Quando você está numa área de risco, porque você precisa fazer uma ocupação de posse, pois não tem recurso, não tem salário, não tem renda suficiente para alugar um imóvel em um lugar seguro, que implica uma série de cumprimentos de obrigações financeiras, começa a ver que isso tudo tem relação. Você aproxima o debate ambiental da vida da pessoa e aproxima a vida da pessoa, o seu cotidiano, do debate ambiental. Dessa forma, a pessoa vê que a questão ambiental não está lá, longe, é o lugar onde mora, a cidade em que vive, o alimento que come. A Amazônia, também, quando começa a entender que a chuva tem a ver a com destruição na Amazônia, que o preço no alimento tem a ver com a destruição da Amazônia, do Pantanal etc., que o preço da carne tem a ver com isso, que a composição do Congresso Nacional tem a ver com essas forças da exploração agropecuária, das madeireiras, enfim, você começa a estabelecer conexões que são muito próximas das pessoas. Então, conheço alguns trabalhos nessa direção e são muito positivos para isso, a pessoa traz o problema ambiental para o mundo dela, seu mundo de sobrevivência e da capacidade, ou não, de conseguir garantir direitos e reconhecer direitos que, muitas vezes, as pessoas não sabem que possuem.

**11- “Em meio às tantas desigualdades socioambientais, a educação ambiental faz frente às ardilosas promessas de uma sustentabilidade de mercado que pinta de verde as injustiças e os racismos ambientais” (Manifesto da Terexistência Amar-zonizar pelo direito de existir, GT 22 – Educação Ambiental/ANPED NACIONAL). Nesse modelo de sociabilidade, é possível conceber desenvolvimento sustentável? Se sim, como? Se não, por quê?**

– Eu sempre fui muito crítico à terminologia “desenvolvimento sustentável”, na sua raiz teórica e vendo quais são os agentes que operam esse conceito. Me preocupa, inclusive, muita gente na educação ambiental e na educação retomando os objetivos, os “ODS”, do desenvolvimento sustentável, que é o parâmetro de um capitalismo humanizado, um capitalismo verde, ou seja, que reconhece as necessidades de alguns parâmetros de regulação de mercado, de uma economia que precisa atender a certas necessidades básicas de sobrevivência humana. Mas, quando você observa o *modus operandi*, é mercado, mercado forte, precificação, economia verde. Não se põe em questão a geopolítica mundial, as formas de dominação internacional, direciona-se para um aspecto comportamental, do desenvolvimento tecnológico como solução, da responsabilidade ética pessoal, o que tem aspectos importantes. Recentemente estava conversando sobre isso com uma pessoa, refletimos que, quando a gente vive uma situação tão ruim, olha-se para os ODS e fala ‘Ah, que bom! Isso aqui já tá legal’. Eu não vou dizer que, entre o absurdo que a gente vive e os ODS, eu não ficaria com os ODS, com certeza. Os enunciados são muito bonitos, “fim da fome”, “fim do analfabetismo”. Tudo bem, (quase) ninguém é contra, obviamente, mas me refiro à formulação que há por trás. Então, você pensa, ‘Menos mal’, porém, o “menos mal” não me parece suficiente, porque entra em outra dimensão da sua questão. Primeiro, eu não acredito na possibilidade de desenvolvimento sustentável, ou seja, desenvolvimento capitalista que seja suportável para o planeta, que suporte a vida na sua livre manifestação e diversidade. Eu não acredito em uma sociedade na qual, por definição, a relação é a de eliminação ou encobrimento desse outro. Que a relação é, estruturalmente, de exploração e expropriação. Que a relação implica um progresso linear das forças econômicas, para garantir um padrão de acumulação de riqueza e a reprodução desse *modus operandi* do capitalismo. Sendo assim, não há nenhuma sustentabilidade nisso. Eu não considero possível nenhum tipo de desenvolvimento sustentável no capitalismo, não acho possível. É lógico, você pode pensar formas mais

humanas, menos destrutivas, que sejam mais aceitáveis do ponto de vista da justiça social, de uma discussão democrática. É claro que existem muitas nuances dentro do capitalismo, mas é preciso, hoje, ter a inquietação a respeito disso, não podemos aceitar como limite do possível o capitalismo verde, quando sabemos que ele tem um limite real na sua possibilidade de garantir essa sustentabilidade da vida a longo prazo. Assim, eu, particularmente, não acredito nessa possibilidade. Entendo e respeito que pode ser estratégico, em certos momentos, você recorrer a isso, até para ter apoio internacional, dos organismos internacionais, diante de forças ultra destrutivas que, hoje, tem influência no país. Então, entendo que, politicamente, estrategicamente, por vezes, é necessário, mas isso não pode ser nosso horizonte do possível, precisamos vislumbrar o além disso, construir alternativas que possam, de fato, estabelecer outras relações sociais. A gente está começando a fazer esse tipo de discussão, logo, não é razoável colocar como parâmetro de sociedade algo que pode te apresentar trezentos anos de sobrevivência. Isso não é razoável, trezentos anos para história planetária é nada. Tudo bem, já morri, mas é de um egoísmo absurdo imaginar “*não vou estar aqui, então dane-se*”. Isso é um absurdo, é o máximo do egoísmo, da falta de capacidade de reconhecer o outro, de falta de alteridade, de tudo. Então, não posso estar pensando como sustentabilidade algo que me apresenta como horizonte duzentos, trezentos anos. É claro que, quando falo de infinito, é reconhecendo que há uma finitude, mas que é tão longo que eu não consigo dizer. Que se permita o direito de todas as formas vivas continuarem vivendo.

**12- Em seus livros e artigos, o senhor defende uma Educação Ambiental crítica e emancipatória. O que é ser crítico e emancipatório no atual momento histórico?**

– Essa pergunta é simples, mas ela é muito interessante. Eu estava olhando uns dados e farei um preâmbulo para chegar no ponto da sua pergunta. Tem muita gente pesquisando o estado da arte da educação ambiental no Brasil, fazendo um balanço dos autores e das denominações. Nesse sentido, não é muito difícil você ver que sou a pessoa que mais orientou, pelo menos nos últimos 40 anos, em educação ambiental, a pessoa que mais publicou e a pessoa que mais é citada em textos que se autodenominam críticos. Ok, o que isso significa? Muita coisa, mas não significa uma adesão, necessariamente, àquilo que eu penso. Então, por exemplo, quando você lê sobre os sentidos da crítica, tem um artigo muito bom de uma ex-orientanda minha, Priscila

Lopes, no qual você percebe o seguinte, não é que haja uma incongruência, mas há coisas que não *batem* com aspectos que falo e possuem ênfases diferenciadas. Muitas vezes as pessoas enfatizam certos aspectos ou reduzem o debate a uma dimensão da vida humana, e, nesse sentido, não corresponde exatamente àquilo que estou querendo colocar, ou seja, que passe pela categoria totalidade. Encontramos pessoas fazendo críticas no sentido da capacidade de estabelecer a reflexão sobre algo. Em momentos de negacionismo, ter a mínima capacidade de conhecer, ter categorias que te permitem fazer a reflexão sobre algo é um avanço? É! O Adorno falava muito nisso, o conhecimento como um processo de libertação, e é, sem dúvida alguma. Outros falam “crítica” no sentido de uma crítica moral, uma crítica ética, por exemplo, não há nenhuma razoabilidade em alguém naturalizar a fome ou desconsiderar sua existência e o sofrimento de quem vive nesta condição. Não há nenhuma razoabilidade moral você ser conivente e indiferente a uma criança morrendo espancada e de fome, não é? Também concordo. Há outros que colocam crítica no sentido paradigmático da forma de pensar. Certo, mas o pensar se dá em determinadas relações sociais e não é algo descolado da materialidade social de um indivíduo que pensa. No entanto, eu, quando falo de crítica, me refiro a uma crítica que engloba isso tudo, mas vai além, porque é a crítica no sentido de pensar e criticar a totalidade social existente. Então, passa por cada um desses aspectos, mas passa por vários outros aspectos que formam essa sociedade, que dão materialidade a essa formação social. Quando faço a crítica ao capitalismo, na verdade, estou fazendo, também, uma crítica ética, uma crítica moral, uma crítica paradigmática, uma crítica comportamental etc., mas não só, porque tem a ver com o modo como os indivíduos se constituem como pessoa. Não adianta fazer uma crítica ética ou paradigmática se eu não me relaciono e produzo a existência social de outra forma, porque a gente fica preso no nosso próprio limite. É o exemplo que citamos aqui, então, para o ribeirinho, essa discussão de sustentabilidade não faz sentido nenhum, porque ele vive a sustentabilidade, enquanto nós ficamos idealizando o que seria. A gente precisa criar uma categoria teórica para olhar o nosso grau de alienação. Na hora de discutir o currículo, a gente fica preso em nossa alienação. Por quê? Porque, na verdade, não vivemos outra forma de sociabilidade, então ficamos no limite daquilo que nos constituiu. Lembro-me da discussão sobre a água. A dificuldade de você pensar na gestão coletiva da água, para indígena, isso é elementar, não existe outra forma. Nós não conseguimos fazer a gestão coletiva da água dentro de um condomínio, entendeu? A

solução que as pessoas encontram é individualizar hidrômetro, porque aí *dói no bolso*. ‘*Ah doeu no bolso da pessoa*’, o cara agora vai consertar a torneira. Esse é o nosso horizonte. A crítica é à forma social dominante, que é igual a capitalismo, você pode até colocar uma lupa em algum desses aspectos. Você estava discutindo currículo, dependendo da sua motivação pessoal, você vai colocar a lupa em algum aspecto dentro disso, você não fala da totalidade o tempo todo, mas a perspectiva da compreensão da totalidade é fundamental para o pensamento crítico. Então, a crítica, para mim, deve estar nessa direção e deve ser emancipatória num sentido socialista, não no sentido liberal. As pessoas falam muito “emancipatória” no sentido da pessoa ter liberdade. Não, não é isso! É no sentido socialista, não é a pessoa ter liberdade, é o conjunto da humanidade se libertar de relações de opressão e dominação. Então, quando falo que tenho que ser livre, eu reconheço que todos precisam ser livres. Então, a emancipação é nesse sentido da possibilidade de estabelecer relações sociais em que toda a humanidade se realize livremente. Para isso, é preciso a crítica como uma necessidade de entender a sociedade em que se vive, em todas as suas expressões de limitação que precisamos enfrentar, logo, para mim, é crítica emancipatória nesse sentido. É interessante observar que isso influenciou fortemente uma geração e está aí, em suas múltiplas formas de se apresentar. Volto a dizer, não estou criticando essas outras formas de se pensar a crítica, só estou dizendo que, ao particularizar, corre-se o risco de perder a concepção de totalidade, que, para mim, é central em uma leitura crítica, uma leitura de superação e de emancipação. Então, a complexidade dessas relações precisa ser pensada para você poder avançar.

**13- Vivemos sob a égide de um governo progressista. Esse governo sofre profundas represálias por parte do Congresso Nacional, que é, em sua maioria, formado por deputados e senadores conservadores e ultraconservadores. Nesse cenário político de profundas contradições, como o senhor analisa o lugar da sociedade civil na equalização de forças e na defesa dos direitos socioambientais?**

– Eu acho que uma sociedade civil organizada e forte é necessária para esse enfrentamento porque, de fato, vivemos num governo progressista, mas que está limitado em todas as formas, e as pessoas esquecem disso, que o Estado brasileiro não é só o governo. Esquece que há um legislativo, um judiciário e a sociedade civil na relação com o próprio Estado, o que implica forças que estabelecem uma determinada

hegemonia econômica, política e discursiva, de *verdades*, na sociedade. Assim, não adianta eleger um governo progressista, de centro-esquerda, e, ao mesmo tempo, eleger um congresso do qual dois terços são empresários e religiosos fundamentalistas. Quando digo religioso, não é no sentido de uma saudável religiosidade, mas de um fundamentalismo, de uma intolerância que leva à tentativa de apagamento de qualquer outra manifestação religiosa ou espiritual, até mesmo cultural. Sendo assim, há um controle, que as pessoas parecem esquecer quando vão votar. Não é desvinculado votar no presidente, no governador, no deputado e no vereador da composição de participação da sociedade civil nos conselhos, nas formas de representação popular etc. É preciso pensar isso na sua totalidade e disputar a hegemonia. Disputa-la não só nas eleições. Disputar a maioria no congresso, sim, mas, para isso, é fundamental disputar um projeto de sociedade, isso se dá no marco da sociedade civil, nas formas de organização, nas práticas de formação escolar, de atuação popular, da capacidade de se organizar dos movimentos populares, de criar uma base social, uma cultura de transformação social que não temos hoje. Somos minoria, *perdemos de lavada*. Enquanto o outro lado está se organizando, ocupa as mídias, ocupa os meios de comunicação, ocupa as escolas, as igrejas, as comunidades, nós não ocupamos nada. Então, é óbvio, se não disputamos na sociedade civil, nossa derrota no Estado é iminente. Essa combinação de uma sociedade civil tão conservadora e ultraliberal, num Estado controlado por essas forças, nos deixa em uma situação muito difícil. Não adianta votar em um presidente que, mesmo com todas as críticas que possam ser feitas, tem um compromisso histórico e um compromisso popular. Não quero, com isso, aliviar, no sentido de dizer que não há críticas a serem feitas ao governo e ao Lula, penso que algumas estratégias poderiam ser diferenciadas, mas há limites relativos a essa composição de forças sociais, que estamos disputando muito mal. Nesse sentido, reafirmo algo que falo há muito tempo, é preciso disputar não só a visibilidade da educação ambiental, mas também as políticas centrais de educação e meio ambiente. Para isso, é necessário afinar-se à luta dos trabalhadores da área ambiental e da área da educação, porque do contrário não entramos nas políticas centrais. Precisamos nos conectar com as lutas dos movimentos sociais, dos movimentos do campo, dos povos tradicionais, dos movimentos originários, dos movimentos de periferia, dos movimentos de favela. Enquanto não estivermos, intrinsecamente, vinculados a esses movimentos, ficaremos como pauta secundária. Há avanços? Há! Nota-se avanços nessa discussão nos movimentos do campo, mas aqueles

que têm a pauta ambiental como central, muitas vezes não conseguem estabelecer uma interlocução produtiva e frutífera com esses setores, por isso não conseguimos fazer uma disputa por hegemonia na sociedade, que consiga, minimamente, deixar as classes dominantes incomodadas. Nós nem os incomodamos. É duro terminar com essa fala. Qual é a capacidade de enfrentamento que temos em relação ao pessoal do agronegócio, em relação aos agrotóxicos? É quase zero, os caras passam “a rodo”, são mais de dois mil venenos aprovados nos últimos anos. Assim, a nossa capacidade hoje de intervir é muito baixa, precisamos ser mais orgânicos com esses outros movimentos, não estou dizendo que devemos nos diluir nesses movimentos, mas sim que precisamos estabelecer interlocução, criar pautas comuns, estar aderente às lutas desses movimentos com força social, então teremos alguma possibilidade de reversão e de criação de outra hegemonia. No mundo da educação é a mesma coisa. Há muitos anos que falo isso, não adianta ficarmos entrando na escola querendo levar a pauta ambiental completamente externa a toda a luta dos trabalhadores da educação. Precisamos ser incorporados na luta dos trabalhadores, que a pauta ambiental se torne uma pauta intrínseca à luta dos trabalhadores. Assim, acho que conseguiremos avançar um pouco mais.

### **Considerações**

Em razão de catástrofes decorrente dos impactos socioambientais, os temas ambientais voltam a ser debatidos com maior pujança nos espaços político, jornalístico, acadêmico e artístico. No Brasil, após o desastre socioclimático ocorrido no Estado do Rio Grande do Sul, o tema voltou a ser pauta no debate político. No entanto, é importante ressaltar que o tema expõe controversas ideológicas, conceituais, políticas, econômicas, entre outras. No cenário de disputas políticas e ideológicas, contradições e negacionismo, o professor Carlos Frederico B. Loureiro nos adverte sobre a importância da PNEA, uma vez que a área de educação e a área ambiental estão fragilizadas em decorrência do modelo econômico ultraexplorador capitalista. Esta situação se agrava em razão da emergência das forças ultraconservadoras e extremistas. Nesse cenário, segundo Carlos Frederico B. Loureiro, “ter o mínimo de marcos regulatórios preservados é uma conquista”.

Embora o tema ambiental tenha voltado à agenda política, jornalística etc., é preciso ter consciência de que as forças do capital, aliadas aos movimentos ultraconservadores de natureza neoliberal, têm atacado sistematicamente as políticas

ambientais no Brasil e no mundo. As motivações dos ataques são distintas, mas a finalidade é implodir as políticas públicas ambientais, com o objetivo de abrir a porteira para a exploração sem limites da natureza. Na perspectiva ultraconservadora e neoliberal, a natureza é recurso, portanto é mercadoria a ser apropriada pela exploração do trabalho com vistas à produção de mais valia.

Por fim, é importante registrar que os ataques ao meio ambiente e às políticas públicas ambientais também emergem de segmentos pertencentes a estruturas de governos progressistas. No Brasil, a conformação do governo tem produzido anomalias. Embora o governo tenha a marca de um governo progressista, algumas de suas ações revelam contradições e antagonismos que precisam ser discutidos. O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua investindo em projeto energético não renovável, a exemplo da exploração de petróleo na bacia da foz do Amazonas. Este mesmo governo, em razão do seu comprometimento com políticas de austeridade fiscal, tem negligenciado as condições de trabalho que os fiscais do IBAMA vivenciam em sua atividade laboral. A entrevista possibilita ampliar nosso olhar sobre essas questões.

A entrevista possibilita ampliar nosso olhar sobre essas questões.